

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
38ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
LEONARDO PASSOS FERREIRA



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 10.770, de 21-11-2003

Data da instalação: 12-12-2005

Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 24-11-2020, p. 1.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 12-10-2019

Às 8 horas do dia primeiro de dezembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça 38ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, nº 1.234 – 4º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Washington Timóteo Teixeira Neto**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Enzo Giovanni Barbieri; os servidores Ariana Oliveira Fonseca, Braz Parrela Mendes Júnior, Cibele Rojas Salazar de Oliveira, Elaine de Souza Catizane de Sá, Grazielle Madureira Viana, Gilberto Conceição dos Santos, Luciano Damásio Soares, Luiz Eduardo Dias Costa, Luiz Vinícius Gomes, Mônica de Oliveira Costa; Ausente o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Leonardo Passos Ferreira**, em razão de convocação no Tribunal. Ausente a servidora Mariana Carvalho de Resende Costa, em licença maternidade.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 713 processos, distribuídos neste ano até o dia 20-11-2020, apurando-se a média de 3,4 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 60 cartas precatórias, dentre elas 37 executórias, até o dia 20-11-2020, das quais 45 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 630 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 209 processos foram remetidos neste ano até o dia 20-11-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 10 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 10 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 532 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 51 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 56 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), há 3 processos sobrestados já julgados pelo STF, com incidentes de Repercussão Geral, a saber:

0000213-83.2014.5.03.0138, 0000116-83.2014.5.03.0138, 0000524-79.2011.5.03.0138: – Tema 739: Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário. (Mérito julgado 11/10/2018).

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010056/20, 0010540/19: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

010753/19, 0010528/19, 0010719/19, 0010555/19, 0010675/19, 0010845/19, 0010693/16, 0010904/19: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento – 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-

MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 38a Vara				
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	34,34	30,38	28,81	24,63	34,60

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 20-11-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	79
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	238
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	10

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	56
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	2	4
2017	5	3
2018	4	2
2019	46	1
2020 – ano de referência	269	
TOTAL	326	0,24

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de novembro até o dia 20-11):

Processo	Classe	Tarefa
0000182-29.2015.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010287-34.2016.5.03.0137	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010693-52.2016.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010521-60.2017.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010746-96.2017.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011186-92.2017.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011200-76.2017.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011443-20.2017.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010273-76.2018.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010634-93.2018.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando audiência

	Ordinário	
0010822-86.2018.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010898-78.2018.5.03.0181	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010255-21.2019.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010358-28.2019.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010397-25.2019.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010418-98.2019.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010506-39.2019.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010508-09.2019.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010528-97.2019.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010540-14.2019.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	5
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	409

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	3
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	109

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	36

	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	754
--	--	-----

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	10

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução – 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 38a Vara				
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	83,84	73,23	69,83	72,47	54,04

Existem 1.014 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 640 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 374 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;

d) 128 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 20/11/2020

No ano anterior, até dia 20/11/2019 – havia 1.499 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 785 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processo suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 713 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de novembro até o dia 20-11):

Processo	Classe	Tarefa
0003300-91.2007.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0000907-91.2010.5.03.0138	Execução Fiscal	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0102000-34.2009.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	PARTE EXCLUÍDA DO CADASTRO DE DEVEDORES
0001171-11.2010.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	CERTIDÃO TEXTO LIVRE
0001409-30.2010.5.03.0138	Consignação em Pagamento	CARGA PARA PROCURADORIA FEDERAL EM MG
0001607-67.2010.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0001095-84.2010.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	CARGA PARA PROCURADORIA FEDERAL EM MG
0000457-51.2010.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	INTIMAÇÃO AO PERITO
0147000-57.2009.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0001782-61.2010.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	À DISPOSIÇÃO DA PROCURADORIA FEDERAL EM MG
0001781-76.2010.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	DESPACHO
0175300-29.2009.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO ARQUIVO TEMPORÁRIO ENVIADO À VARA COM REQUISIÇÃO
0099800-59.2006.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO

0002304-83.2013.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0000476-52.2013.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0000247-63.2011.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Arquivo temporário
0000268-05.2012.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Instância superior
0000697-35.2013.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Arquivo temporário
0001202-94.2011.5.03.0138	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Arquivo temporário

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Decisões na execução	2019	2020
01-JANEIRO	9	186
02-FEVEREIRO	16	92
03-MARÇO	16	151
04-ABRIL	12	29
05-MAIO	28	47
06-JUNHO	20	38
07-JULHO	28	140
08-AGOSTO	92	56
09-SETEMBRO	105	79
10-OUTUBRO	35	82
11-NOVEMBRO	61	84
Totais	422	984

Decisões por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ANA LUIZA FISCHER TEIXEIRA DE SOUZA MENDONCA	95			2	27	9					
FILIPE DE SOUZA SICKERT	60	63									
HENRIQUE DE SOUZA MOTA		10	142							7	
LEONARDO PASSOS FERREIRA	6	19	9	26	20		124	26	36	68	82
MARCELO SOARES VIÉGAS									11		
NELSILENE LEO DE CARVALHO DUPIN							12		17		
PEDRO MALLET KNEIPP						29	3	30	6		
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO									9	6	
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO											2
Totais	161	92	151	28	47	38	139	56	79	81	84

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Alvarás	2019	2020
01-JANEIRO	47	79
02-FEVEREIRO	110	104
03-MARÇO	83	112
04-ABRIL	105	45
05-MAIO	127	120
06-JUNHO	121	177
07-JULHO	71	155
08-AGOSTO	98	96
09-SETEMBRO	73	117
10-OUTUBRO	104	157
11-NOVEMBRO	55	124
Totais	994	1286

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 20-11-2020, existem 78 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	17
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	46
Tutelas Provisórias Pendentes	15
Total	78

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 1-12-2020 havia 9 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 5 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 2 processos;
- c) **instrução:** 1 processo;

d) tentativa de conciliação na fase de execução: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010570/20, 0010709/20, 0010595/20, 0010735/20, 0010745/20, 0010737/20, 0010838/20, 0010498/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 30-11-2020, 181 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 34 processos.

Exame dos autos dos processos 0010311/20, 0010542/20, 0010576/20, 0010668/20, 0010490/20, 0010348/20, 0010440/20, 0010623/20, 0010693/20, 0010701/20, 0010753/19, 0010528/19, 0010719/19, 0010555/19, 0010675/19, 0010845/19, 0010693/16, 0010904/19, 0010056/20, 0010540/19, 0010665/20, 0010633/20, 0010651/20, 0010653/20, 0010592/20, 0010587/20, 0010452/20, 0010675/20, 0010663/20, 0010640/20, 0010655/20, 0010206/20, 0010282/20, 0010612/20, 0010699/20, 0010184/20, 0010424/20, 0010455/20, 0010533/20, 0010628/20, 0010525/20, 0010050/20, 0010109/20, 0010520/20, 0010578/20, 0011045/19, 0010298/19, 0010416/20, 0010137/20, 0010487/19, 0010545/19, 0010632/19, 0010969/19, 0010573/19, 0010265/20, 0010787/16, 0010518/16, 0011656/16, 0010387/17, 0011028/19, 0010736/20, 0010243/20, 0010351/20, 0010381/20, 0010638/20, 0010681/20, 0010603/20, 0010374/20, 0010474/20, 0010353/20, 0010366/19, 0010217/18.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010665/20, 0010633/20, 0010651/20, 0010653/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 9 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000062-20.2014.5.03.0138	Arquivo provisório
0000733-77.2013.5.03.0138	Instância Superior
0002160-12.2013.5.03.0138	Cumprimento de Providências
0010537-64.2016.5.03.0138	Aguardando apreciação pela instância superior
0010592-44.2018.5.03.0138	Aguardando apreciação pela instância superior
0010637-14.2019.5.03.0138	Análise
0011321-75.2015.5.03.0138	Aguardando apreciação pela instância superior
0113400-16.2007.5.03.0138	Aguardando final do sobrestamento

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010286-07.2020.5.03.0138	Aguardando prazo
0010523-41.2020.5.03.0138	Aguardando prazo
0011133-19.2016.5.03.0180	Aguardando final do sobrestamento
0011447-91.2016.5.03.0138	Aguardando apreciação pela instância superior
0011617-29.2017.5.03.0138	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	26	23	42
Instrução processo físico	-	1.827 dias	-
Instrução processo eletrônico	136	129	153

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	10	10	25/01/2021 – 15 dias
Procedimento Ordinário	10	20	08/02/2021 – 26 dias
Instrução	128	60	15/07/2021 – 131 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 20-11-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	1	1.883
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	567	173

2) 2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	2	1.492
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	315	151

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	340	3.005
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	327	1.635,75
Média aritmética do número de dias decorridos entre a	39	3.562

data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)		
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	14	578

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	75	0,3
Julgados procedentes em parte	331	1,4
Julgados improcedentes	160	0,7
Extintos com resolução de mérito	7	0,03
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	573	2,5
Extintos sem resolução de mérito	38	0,1
Arquivamento	110	0,4
Desistência	60	0,2
Outras decisões sem exame de mérito	41	0,1
Total sem exame de mérito	249	1,0
Decisões de conhecimento	822	3,6
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	281	1,2
Decisões na fase de execução	139	0,612
Total	1.242	5,4

No ano de 2020, até o dia 20-11, com 206 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	51	0,2
Julgados procedentes em parte	132	0,6
Julgados improcedentes	63	0,3
Extintos com resolução de mérito	1	0,005
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	247	1,1
Extintos sem resolução de mérito	23	0,1
Arquivamento	39	0,1
Desistência	25	0,1
Outras decisões sem resolução de mérito	41	0,1
Total sem resolução de mérito	128	0,6
Decisões de conhecimento	375	1,8
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	123	0,5
Decisões na fase de execução	168	0,8
Total	666	3,2

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em novembro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	0	0
Conciliação em execução	1	0,05
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	58	2,9
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0

Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	24	1,2
Una/Una (rito sumaríssimo)	31	1,5
Total	114	5,7

No mês de novembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 20 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11:

Conciliações por fases	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	13	17	2	3		4
02-FEVEREIRO	48	27		3	1	5
03-MARÇO	38	16			5	2
04-ABRIL	43	1	7	3	4	1
05-MAIO	35	16	4	2		3
06-JUNHO	38	34	1	5	4	2
07-JULHO	36	33	5	4	8	1
08-AGOSTO	38	12	6	1	2	5
09-SETEMBRO	39	16	3	7	1	3
10-OUTUBRO	33	21	7	3	2	2
11-NOVEMBRO	49	20	4	4	5	2
Totais	410	213	39	35	32	30

Conciliação por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ANA LUIZA FISCHER TEIXEIRA DE SOUZA MENDONÇA	4				15	7					
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS								2	2	1	
ANDRÉA BUTTLER		7									
FILIPE DE SOUZA SICKERT	17	20									
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA		1				1	1	3			
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI							5			2	3
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						1	4		2		1
HENRIQUE DE SOUZA MOTA			18							15	2
LEONARDO PASSOS FERREIRA		6		5	6		15		3		16
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	3	1									
LIZA MARIA CORDEIRO							3				
MARCELO SOARES VIÉGAS									7		
NELSILENE LEAO DE CARVALHO DUPIN							7		3	16	
PEDRO MALLETT KNEIPP						32	3	13	4		
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO									5	8	
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO											4
Totais	24	35	18	5	21	41	38	18	26	26	26

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Audiências	2019	2020
01-JANEIRO	83	79
02-FEVEREIRO	160	131
03-MARÇO	138	91
04-ABRIL	155	1
05-MAIO	168	86
06-JUNHO	133	108
07-JULHO	174	133
08-AGOSTO	156	104
09-SETEMBRO	151	99
10-OUTUBRO	139	100
11-NOVEMBRO	164	86
Totais	1621	1018

Audiências por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ANA LUIZA FISCHER TEIXEIRA DE SOUZA MENDONÇA					65	20		4	5	1	1
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS											
ANDRÉA BUTTLER		13									
ERICA APARECIDA PIRES BESSA										1	1
FILIPE DE SOUZA SICKERT	70	90									
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA		3	10	1	1	1	5	8			
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI							9			11	6
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						8	13	1	5	1	1
HENRIQUE DE SOUZA MOTA			81							71	9
LEONARDO PASSOS FERREIRA		11			20		67		18		41
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	9	14									
LIZA MARIA CORDEIRO							11				
MARCELO SOARES VIÉGAS									20		
NELSILENE LEAO DE CARVALHO DUPIN							20		12		
PEDRO MALLETT KNEIPP						79	8	91	6		
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO									33	15	
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO											27
Totais	79	131	91	1	86	108	133	104	99	100	86

Foram designadas 59 para o mês de dezembro de 2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Sentenças	2019	2020
01-JANEIRO	74	54
02-FEVEREIRO	123	78
03-MARÇO	95	68
04-ABRIL	127	7
05-MAIO	85	31
06-JUNHO	98	56
07-JULHO	119	80
08-AGOSTO	118	28
09-SETEMBRO	104	51
10-OUTUBRO	96	69
11-NOVEMBRO	110	58
Totais	1149	580

Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ANA LUIZA FISCHER TEIXEIRA DE SOUZA MENDONÇA	8			1	21	13					
ANDRÉA BUTTLER		6									
FILIPE DE SOUZA SICKERT	46	57	6								
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA						1		1			
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI							8			2	1
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						1	2				
HENRIQUE DE SOUZA MOTA		2	61							41	13
LEONARDO PASSOS FERREIRA		13	1	6	10		38	4	13		27
LIZA MARIA CORDEIRO							4				
MARCELO SOARES VIÉGAS									12	4	
NELSILENE LEAO DE CARVALHO DUPIN							18		4	1	1
PEDRO MALLET KNEIPP						41	10	23	13	9	
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO									9	12	9
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO											7
Totais	54	78	68	7	31	56	80	28	51	69	58

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Despachos	2019	2020
01-JANEIRO	689	1828

02-FEVEREIRO	1089	2032
03-MARÇO	980	1486
04-ABRIL	1026	446
05-MAIO	1316	1356
06-JUNHO	1049	1375
07-JULHO	977	1518
08-AGOSTO	1195	1073
09-SETEMBRO	987	1241
10-OUTUBRO	1324	1438
11-NOVEMBRO	1231	1196
Totais	11863	14989

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h20min. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 60 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 20-11
Processos recebidos	967	1.007	713
Média por dia útil	4,3	4,4	3,4
Processos remanescentes do ano anterior	594	371	358
Sentenças anuladas	15	9	4
Total de processos para solução	1.576	1.387	1.075
Processos solucionados	1.232	1.226	580
Processos conciliados	410	404	205
Produtividade	78,17%	88,39%	53,95%

--	--	--	--

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 4,1% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 9,6%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 20-11-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	205
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	580

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	580
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	717

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	211
Execuções	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	816

encerradas		
------------	--	--

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 20-11-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	414
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	602

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	790
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	805

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 20-11-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	602
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	805
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	12

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do	414
-----------------------------------	--	-----

	período de referência	
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	790
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	12

Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 38a Vara			
Indicadores / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020	2º trim 2020	3º trim 2020	
		01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020	01/10/2019 a 30/09/2020	
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,26	0,70	0,46	0,34
	I02 - Pendentes	1.699	1.556	1.492	1.408
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	223,61	240,12	242,57	224,13
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	157,59	162,02	155,21	155,71
	I06 - Prazo médio na	2.255,37	2.291,19	2.210,13	2.263,94

	execução (em dias)				
	I07 - Taxa de conciliação (%)	32,54	33,21	34,43	35,92
	I08 - Taxa de solução (%)	121,16	112,83	101,91	87,60
	I13 - Taxa de execução (%)	228,25	325,69	344,26	281,31
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	22,31	22,67	26,79	34,60
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	72,47	62,07	59,58	54,04
	I11 - Produtividade por servidor	128,33	143,83	132,42	125,50
	I12 - Pendentes por servidor	128,92	116,58	113,92	107,75
Meso	Acervo	0,26	0,28	0,25	0,23
	Celeridade	0,45	0,48	0,47	0,51
	Produtividade	0,51	0,50	0,50	0,57
	Congestionamento processual	0,62	0,50	0,47	0,42
	Força de trabalho	0,59	0,52	0,53	0,46
Macro	IGEST	0,4843	0,4562	0,4446	0,4395
	Posição IGEST	111	92	88	80
	Movimentação processual	1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$2.884.797,83	R\$620.213,64

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, não há Portarias em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 113,71% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 75,69%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,65%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 105,70%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 79,37% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 45,63% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,21%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 98,33%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 112,18% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,75%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 223,61 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 134,70%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item,

diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o tempo médio alcançado foi de 180,56 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,67 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da

Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;

3) envidados esforços para a redução do prazo de designação de audiências de instrução;

4) regularizados os 3 processos sobrestados já julgados pelo STF com incidentes de Repercussão Geral, discriminados no item 1.7 desta Ata, e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

7) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

8) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

9) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017; Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente; e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

10) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

11) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

12) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

13) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

14) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) promovida a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, num total mensal de no mínimo 30 audiências, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR Nº 112, de 1º de julho de 2019, publicada no DJE de 2-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h15min do dia primeiro de dezembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 203/2020, publicado no DJE 24-11-

2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

Maristela Iris da Silva Assinado de forma digital por Maristela
Iris da Silva Malheiros:30831806
Dados: 2020.12.18 10:41:22 -03'00'
Malheiros:30831806
Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE Assinado de forma digital por MOZART
SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2020.12.01 11:22:29 -03'00'
OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria